

TRANSEXUALIDADE: A INVISIBILIDADE NA ATUAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Débora Cynthia Alves de Souza
Universidade de Brasília (UNB)
deboralvssouza@gmail.com

Tarcilla Mariano Mello
Universidad Católica del Norte (UCN)
tarcillamariano@gmail.com

Juliana Eugênia Caixeta
Universidade de Brasília (UNB)
eugenia45@hotmail.com

Resumo

A transexualidade, definida como o não-reconhecimento de si a partir do seu sexo biológico, é um tema invisível nas salas de aulas, especialmente, por não ser compreendido, na prática docente, como parte do tema transversal vinculado à educação para a sexualidade. O presente estudo investigou de que maneira o tema transexualidade é tratado no ambiente escolar, na disciplina de ciências naturais e biologia. Os resultados foram categorizados em 3 grupos: concepções, formação e atuação docente. O presente estudo encontrou que os/as docentes de Ciências Naturais e Biologia, de escolas públicas do Distrito Federal, não abordam o tema transexualidade em suas aulas. Isso se deve à falta ou pouca formação acadêmica, aliada à resistência dos pais, das mães ou responsáveis pelos/as estudantes sobre o ensino de temas vinculados à educação para a sexualidade na escola. Portanto, há uma necessidade de melhorar a formação dos/as docentes no Brasil.

Palavras-chaves: Educação para sexualidade; Transexualidade; Atuação docente; Tema transversal.

Introdução

A transexualidade é um tema invisível dentro das salas de aula. Para esse estudo entendemos a transexualidade como o não-reconhecimento de si a partir do seu sexo biológico, é um tema invisível nas salas de aulas, especialmente, por não ser compreendido, na prática docente, como parte do tema transversal vinculado à educação para a sexualidade (BRASIL, 1997; 2014; MADUREIRA; BRANCO, 2015). Assim, professores/as de ciências naturais e biologia tendem a ensinar sexualidade, limitando-se à reprodução humana (SILVA, 2009; PENA, 2015), com foco nos órgãos reprodutores, direcionando o ensino para a heterossexualidade. Com isto, há uma tendência a se excluir as temáticas complexas vinculadas às relações de gênero, e, também, uma abordagem

interdisciplinar e transversal de educação para a sexualidade (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Dada à relevância de se tratar a transexualidade nas escolas, inclusive, como uma estratégia valorosa de combate ao preconceito e à violência de gênero (BRASIL, 2004; MADUREIRA; BRANCO, 2015), esta pesquisa investigou de que maneira o tema transexualidade é tratado no ambiente escolar na disciplina de ciências.

Fundamentação teórica

Gênero é uma construção social que qualifica e diferencia as pessoas, a partir da consideração de padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres. A relevância de se compreender o gênero a partir de relações de gênero se refere ao processo de identificação da pessoa com relação ao seu sexo biológico e a seus posicionamentos sociais, construídos a partir da interação EU-TU, NÓS- ELES/AS, que pode não ter relação com a linearidade homem-mulher (LOURO, 2000).

Nesta pesquisa, compreendemos que o processo de identificação dos indivíduos quanto ao gênero pode ser compreendido a partir da intersecção, sexo, gênero, expressão de gênero e sexualidade (BRASIL, 2004; SPINOLA-CASTRO, 2005; CYRINO, 2013; MADUREIRA; BRANCO, 2015). Explicando melhor, sexo se refere ao sexo biológico, aquele que é definido pela combinação dos cromossomos e que resulta no órgão genital do indivíduo: pênis, vagina ou ambos os órgãos (SPINOLA-CASTRO, 2005). Gênero se relaciona aos significados e posicionamentos de si, construídos, pelo indivíduo, nas suas relações sociais (LOURO, 2000; MADUREIRA; BRANCO, 2015). Expressão de gênero se refere à maneira como o indivíduo se porta na sociedade, nem sempre se comportando de acordo com seu sexo biológico, desafiando a sua masculinidade ou feminilidade, que pela sociedade são impostas (CYRINO, 2013). Por fim, a sexualidade se refere “às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais” (LOURO, 2000, p. 6). Ou seja, a sexualidade tem a ver com a atração emocional que uma pessoa sente por outra.

Sendo gênero uma construção social em que o sexo biológico e as características físicas não determinam a identidade, esta pesquisa trata a transexualidade que são “pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente, [...] identificando-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo” (MAKSOUUD et al., 2014, p.49). Na verdade, preferimos compreender a transexualidade como um não reconhecimento de si a partir do sexo biológico. Pessoas transexuais sofrem, cotidianamente, com o processo de dissonância cognitiva entre as pessoas que são e o

corpo que possuem e, também, com a discriminação por não serem, parecerem e/ou atuarem como os padrões sociais estabelecem (MADUREIRA; BRANCO, 2015).

Apenas recentemente foi realizada uma revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM – V (APA, 2014), onde a transexualidade deixou de ser qualificada como um transtorno, passando a compreender-se como uma disforia de gênero: “refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (APA, 2014, p. 451). Por meio dessa nova classificação, o tema ganhou visibilidade nas diversas mídias e, conseqüentemente, trouxe outra visão e conhecimento para pessoas que alimentavam preconceito, aumentando a possibilidade de visões mais humanitárias e empáticas para com o/a transexual. Porém, isso ainda não tem sido suficiente, pois por se expressarem diferentemente de um padrão social, construído historicamente, as pessoas transexuais tendem a sofrer diferentes tipos de violência em casa, na escola, na rua, nos hospitais e em diferentes espaços.

Portanto, a necessidade de compreendermos como essa temática é abordada na escola, uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) apresentam a sexualidade como componente curricular do tema transversal orientação sexual, tendo como objetivo oportunizar aos/às estudantes espaços pedagógicos para debater valores e comportamentos sexuais com vistas a instrumentá-los/as com informações científicas para que possam tomar decisões que favoreçam boas relações humanas e comportamentos comprometidos com a saúde.

Segundo os PCN (BRASIL, 1997, p. 303):

A postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente.

A escola é um ambiente muito rico em diversidade, o local ideal para que os/as estudantes consigam reconhecer as diferentes identidades culturais e de gênero, de maneira que possam compreender as diferenças e problematizar a discriminação como uma atitude social que gera exclusão (MADUREIRA; BRANCO, 2015;). De acordo com pesquisa nacional realizada pela Associação Brasileira LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – AGBT (2016), as pessoas LGBT’s se sentem vulneráveis quanto à violência, seja ela física ou verbal, na escola, não se concretizando apenas por ações discriminatórias de colegas de classe, o que caracterizaria bullying, mas também, por

professores/as, gestores/as e demais membros da comunidade escolar. O resultado do enfrentamento desses diferentes tipos de violência tem sido a evasão escolar (AGBLT, 2016), até porque poucas são as vezes que os/as educadores/as fazem alguma intervenção, quando há comentários LGBTfóbicos, pois existe ausência de abordagem do tema dentro de sala de aula. Para Madureira e Branco (2015),

Quando existe um trabalho de educação sexual, este corresponde a um trabalho limitado. Foi identificada uma lacuna, (...), para lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola. Ao lidar com tais questões, os/as professores/as utilizam suas experiências e opiniões pessoais. (...). Os resultados indicaram a necessidade de incorporação dos estudos de gênero e sexualidade nos cursos de Licenciatura, atividades de capacitação na área que contemplem discussões sobre as raízes histórico-culturais e as bases afetivas dos preconceitos e adoção de uma abordagem integrada de combate à homofobia e ao sexismo (p. 577).

No que se refere ao ensino da temática transexualidade, Grossi, Oliveira e Silva (2017) encontraram que, em sua maioria, os/as professores/as não tem formação acadêmica adequada para mediar assuntos relativos à transexualidade, o que impacta, inclusive, na dificuldade de eles/as em mediar conflitos ou lidar com questões de estudantes transexuais em sala de aula. Vieira (2004) corrobora com a pesquisa de Grossi, Oliveira e Silva (2004), evidenciando a urgência de um olhar mais zeloso e humano para com questões transexuais, pois afirma que o indivíduo não possui escolha sobre ser transexual ou não, portanto, não existem motivos para culpá-lo.

Entender como os/as docentes de ciências naturais e biologia abordam o tema transexualidade em sala de aula pode ser, portanto, um passo relevante para o processo de construção de novos espaços formativos para os/as docentes, com vistas ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que incentivem o ensino da diversidade de gênero, por meio de metodologias ativas, contribuindo para o processo inclusivo que é entendido como a participação de todos e todas no contexto social onde atuam, com respeito, equidade e dignidade (SOUSA; CAIXETA; SANTOS, 2016).

Metodologia

Para o presente estudo foi utilizada a metodologia qualitativa, participando da pesquisa onze professores/as de Ciências Naturais e Biologia, da rede de ensino pública de Brasília, no Distrito Federal. Estes/as foram contatados pessoalmente e lecionam em diferentes escolas, que foram selecionadas pelo fato de a direção ter autorizado à realização da pesquisa.

Como técnica de pesquisa, foi utilizado o questionário, pois segundo Gunther (2003), trata-se de uma técnica de pesquisa que valoriza a opinião da pessoa por si mesma, sem a interferência da pesquisadora. Essa técnica de pesquisa também se mostrou relevante para atender a disponibilidade dos/as participantes, em virtude de seus compromissos profissionais. Assim, no contato com cada professor/a, o formulário de questionário foi entregue, antes, porém, cada um/a assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que continha informações sobre o método da pesquisa, os direitos de sigilo e o caráter voluntário da participação.

Quanto ao instrumento de pesquisa, o formulário de questionário foi construído pelas pesquisadoras, considerando a literatura sobre a temática e os objetivos da pesquisa, com 11 perguntas abertas. Os resultados foram analisados pela técnica Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que prevê o agrupamento dos núcleos de sentido em categorias, sendo possível a utilização da análise estatística descritiva para apresentação dos resultados.

Resultados

Os resultados mostraram que os/as docentes têm posicionamentos contraditórios sobre a maneira como abordam gênero e transexualidade em sala de aula. A análise de conteúdo apontou para três categorias: concepções; formação e atuação.

Do ponto de vista das concepções, os/as professores/as explicaram que gênero se relaciona ao sexo biológico ou a práticas sexuais. Esses resultados parecem coerentes com a falta de formação dos/as professores/as quanto às relações de gênero: a maioria (63,6%) deles/as não teve formação específica, durante a graduação, com disciplinas que abordassem gênero e sexualidade.

“Gênero refere-se à orientação sexual do indivíduo, podendo ou não ser igual ao seu sexo biológico” [Professora 1].

“Identificação do indivíduo quanto ao seu sexo” [Professora 2].

Com relação à formação, os/as professores/as explicaram que, quando tiveram alguma formação sobre educação para a sexualidade, o foco era nos aspectos biológicos: *“No conteúdo de sistema genital, adolescência e sexualidade”* [Professora 3]. Quando há uma matéria que sai do foco biológico o tema abordado é sexualidade, desassociado ao tema de gênero: *“Sim, porém, mais voltada para a sexualidade”* [Professora 4]

81,8% dos/as participantes relataram que buscam se informar sobre a temática transexualidade em artigos científicos, textos online ou vídeos e 100% deles/as se

posicionaram a favor de processos formativos, indicando que participariam deles, caso fosse oferecido.

“Sim. Algumas reportagens que tratava sobre o tema, inclusive crianças.”
[Professora 5]

“Sim, artigos, revistas, sites, jornais” [Professor 6]

Com relação à formação em transexualidade, 27,2% disseram ter participado de algum curso ou palestra onde o tema foi apresentado.

“Sobre a ideologia de gênero sim. Palestras voltadas ao trabalho sobre sexualidade na escola, cursos da EAPE também abordam essa temática.” [Professora 7]

“Já, fiz um curso promovido pela UnB, que diz respeito ao Gênero, Sexualidade e Diversidade Étnico-racial” [Professora 9]

Sobre a atuação docente, a contradição se mantém, porque, mesmo reconhecendo que conhecem pouco sobre os conceitos relacionados a gênero e à transexualidade, a maioria enunciou se sentir à vontade em abordar o tema transexualidade em sala de aula (72,7%) e apontou a resistência dos pais como a maior dificuldade para a mediação da temática gênero (15,38%). Os/As que não se sentem à vontade reconhecem a falta de domínio do assunto.

“Não porque não domino sobre o assunto” [Professora 8]

“Não por falta de aprofundamento nesta temática.” [Professora 7]

46,14% dos/as participantes já abordaram o tema gênero como transversal, sendo que a maioria (69,21%) entende que construir o conhecimento quanto à transexualidade é um momento de desconstrução social que contribui positivamente ao combate à violência.

“É muito importante, pois em sala de aula os alunos conseguem desenvolver argumentos e quebrar pré-conceitos, já que há respeito intelectual pelo professor e o docente é um dos instrumentos de informações mais confiável dos alunos.” [Professor 10]

Nenhum/a dos/as professores/as participantes já teve estudante transexual em sua sala de aula.

Discussão

Os resultados do presente estudo permitiram identificar que os/as professores/as tem dificuldades em conceituar gênero na medida em que não o concebem como uma construção social. As respostas dos/as professores/as se centraram em significados mais próximos a temas da biologia, descaracterizando a sexualidade humana e o gênero como fenômenos biopsicossociais (SILVA, 2009; MADUREIRA; BRANCO, 2015). As

pesquisas de Silva (2009) e Pena (2015) explicam que professores/as de ciências naturais tendem a fazer uma abordagem mais biológica do tema transversal orientação sexual (BRASIL, 1997).

Cabe destacar que de todos/as os/as professores/as, apenas 27,2% reconheceram não ter formação suficiente para mediar conceitos relacionados à transexualidade em sala de aula. Esse dado é relevante, porque 72,7% se sentiram à vontade para tratar do tema, mesmo quando a maioria das respostas tende a demonstrar falta de formação para a atuação docente quanto às temáticas relacionadas à educação para a sexualidade.

O fato de 81,8% dos/as professores/as terem indicado textos on-line e vídeos para aprenderem sobre transexualidade deve ser uma preocupação; uma vez que há materiais que são divulgados com informações insuficientes ou inadequadas, gerando mais discriminação e práticas violentas (COSTA, 2018).

Os resultados dessa pesquisa corroboram os trabalhos de Silva (2009), Pena (2015), Madureira e Branco (2017) e Grossi, Oliveira e Silva (2017) sobre a ausência de formação acadêmica inicial e continuada em educação para a sexualidade que favoreça os/as professores/as medirem os conceitos complexos ligados ao tema transversal Orientação Sexual (BRASIL, 1997). Essa ausência de formação implica em contradições entre concepções e a atuação docente no que se refere ao ensino da temática transexualidade na escola.

Dessa forma, evidencia-se a importância de haver um currículo mais elaborado para o processo de formação inicial de professores/as de ciências e biologia com relação à educação para a sexualidade bem como maior oferta de formação continuada, uma vez que os/as professores/as enunciaram que fariam cursos de formação se fossem ofertados a eles/as. O ideal seria que os/as professores/as buscassem formação continuada, seja por meio de demandas às Secretarias de Educação, Universidades ou por interesses próprios/as, mas, na ausência frequente dessas atitudes, é preciso que os órgãos de gestão façam valer suas competências para ofertar formação inicial e continuada aos/as docentes, inclusive para fazer valer as novas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (BRASIL, 2015), que, em seu capítulo 5º, parágrafo 2º, determina:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, **diversidades** étnico-racial, **de gênero**, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos

educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (p.11). (Grifos nossos).

A formação docente é essencial para que a educação para a sexualidade de desenvolva em contextos flexíveis de ensino nos quais os/as estudantes se sintam confortáveis, seguros/as e confiantes para apresentar suas ideias e debatê-las, com respeito e cordialidade. É neste contexto que estudantes com diferentes identidades poderão se posicionar e se sentir acolhidos/as em suas individualidades, inclusive aqueles/as que são transexuais (BRASIL, 1997; VIEIRA, 2004; MADUREIRA; BRANCO, 2015; PENA, 2015; GROSSI, OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Os resultados também mostraram que é relevante a atuação com os pais, as mães e/ou responsáveis pelos/as estudantes, uma vez que os/as docentes, participantes, atribuíram à resistência dos pais a dificuldade de abordar o tema transexualidade e gênero na escola. É necessário o convite aos pais, às mães e/ou responsáveis para debates e atividades que os/as aproximem da complexidade da temática, mostrando que a transexualidade é uma condição de ser e atuar no mundo, resultante de muitos conflitos individuais e sociais. Nesses debates, é relevante tratar sobre a discriminação e o preconceito e formas de combatê-los para a construção de uma sociedade equitativa.

Portanto, o processo de ensino de temas relativos à educação para a sexualidade, requer a mobilização de muitas competências docentes, especialmente, aquelas ligadas à ética e à promoção da inclusão, o que será possível com o trabalho coletivo entre diferentes professores/as da escola, gestores/as, estudantes e família.

Considerações Finais

O presente estudo encontrou que os/as docentes participantes da pesquisa não abordam o tema transexualidade em suas aulas. Isso se deve à falta ou pouca formação acadêmica, aliada à resistência dos pais, das mães ou responsáveis pelos/as estudantes sobre o ensino de temas vinculados à educação para a sexualidade na escola. O/a professor/a também precisa deixar suas próprias crenças/preconceitos de lado, para que busquem uma melhor formação no que tange ao tema, de forma que, entendam que é necessário cultivar um ambiente equânime e sem preconceitos, que levem o debate do tema para as salas de aula.

Nesse contexto, há uma necessidade de melhorar a formação dos/as docentes no Brasil, para que possam construir estratégias de ensino que contemplem o debate sobre as relações de gênero, por meio de práticas de ensino, fundamentadas em pesquisas

científicas, de maneira a favorecer o desenvolvimento da cultura da paz na escola. Por isso, é essencial que a formação docente não englobe apenas conteúdos conceituais, mas também, procedimentais e atitudinais, com vistas a novas possibilidades de se ensinar ciências e discutir sobre sexualidade e gênero.

Para futuros estudos, é necessário aprimorar o método de pesquisa para identificar as concepções e atuações dos/as docentes de ciências naturais e biologia em sala de aula, de forma mais clara. Além disso, os resultados encontrados foram para o Distrito Federal, portanto, é recomendável ser realizado em outras regiões brasileiras ou fora do Brasil, incluindo tanto escolas públicas como particulares.

Agradecimento

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP- DF).

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria da Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V).** Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edição 70, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual.** Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

COSTA, A.B. **Psicologia do Preconceito em uma época de intolerância: o caso da sexualidade e do gênero no Brasil.** In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 48ª, 2018, São Leopoldo. Anais. Editora SBP, 2018.

CYRINO, R. **A produção discursiva e normativa em torno do transexualismo: do verdadeiro sexo ao verdadeiro gênero.** *Crítica e Sociedade: revista de cultura política.* v. 3, n. 1, p. 92-108, 2013.

GUNTHER, H. (2003), **Como elaborar um questionário** (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Nº 01). Brasília-DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

GROSSI, M. G. R.; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; DE CÁSSIA SILVA, Lívia. **Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira.** *Revista de Humanidades,* v. 32, n. 2, p. 180-192, 2017.

LOURO, G. L. **Corpo, escola e identidade.** *Educação & Realidade,* v. 25, n. 2, 2000.

MADUREIRA, A. F. do A.; BRANCO, Â. U. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as.** *Temas psicol.,* Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015.

MAKSOUUD, F. R.; PASSOS, X. S.; PEGORARO, R. F. **Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica.** *Revista Psicologia e Saúde,* v. 6, n. 2, p. 47-55, 2014.

PENA, A. L. **Narrativas autobiográficas e formação de educadores sexuais.** Dissertação [Mestrado]. Programa de pós-graduação em Ensino de Ciência. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, R. D. **Educação em Ciências e Sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno.** Dissertação [Mestrado]. Programa de pós-graduação em Educação para Ciência e o Ensino de Matemática. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2009.

SPINOLA-CASTRO, A. M. **A importância dos aspectos éticos e psicológicos na abordagem do intersexo.** *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia,* 2005.

SOUSA, M. do A., CAIXETA, J. E., SANTOS, P. F. **A metodologia qualitativa na promoção de contextos educacionais potencializadores de inclusão.** *Indagatio Didactica,* v. 8, n. 3, p. 94-108, outubro. 2016.

VIEIRA, T. R.. **Aspectos psicológicos, médicos e jurídicos do transexualismo.** *Psicólogo Informação,* v. 4, p. 74-75, 2004.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Penso Editora, 2016.